



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 156/2016

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

13ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/01/2016

PROCESSO Nº 1/1567/2012 AI: 1/2012.02862-0

RECORRENTE: IMPERIAL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONSELHEIRO RELATOR: PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE

EMENTA: FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA NULA EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE REABERTURA DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO.

1. Verificada a ausência da devida ciência do auto de infração, deve o julgamento da 1ª instância ser julgado nulo com vistas a permitir a reabertura do prazo para impugnação administrativa para que o contribuinte exerça seu direito a ampla defesa.

2. Recurso Ordinário conhecido e provido por unanimidade de votos.

3. Decisão de acordo com o Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que **IMPERIAL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA** deixou de recolher ICMS, restando assim relatada a infração:

"FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NO TODO OU EM PARTE INCLUSIVE O DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, NA FORMA E NOS PRAZOS REGULAMENTARES.

FALTA DE RECOLHIMENTO EM DECORRÊNCIA DE VALORES DIVERGENTES ENTRE AS VIAS DAS MESMAS NOTAS FISCAIS DO EMITENTE E DO ADQUIRENTE GERANDO DIFERENÇA DE BASE DE CÁLCULO CUJOS VALORES RECALCULADOS ENCONTRAM-SE NO RELATÓRIO E INF. COMPLEMENTARES EM ANEXO. JUNTO AS RESPECTIVAS VIAS DAS NOTAS FISCAIS."

O auto de infração foi julgado procedente à revelia pela 1ª Instância Administrativa.

Face a isto, a Recorrente apresentou o devido Recurso Ordinário por meio do qual alegou cerceamento ao seu direito de defesa em virtude da falta de intimação válida da empresa para se defender da acusação contida no presente auto de infração.

Isto porque, conforme demonstrou em seu recurso o auto de infração em questão não foi enviado para o endereço correto da empresa, motivo pelo qual não o recebeu e, conseqüentemente, não teve como se defender da acusação fiscal que lhe foi imputada.

A Assessoria Tributária se manifestou pelo provimento do recurso com vista a declarar a nulidade da decisão proferida pela 1ª Instância e ato contínuo fosse dada ciência do auto de infração e reaberto o prazo para impugnação, parecer este que foi adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório.

VOTO

Conforme se infere da análise dos presentes autos, trata-se de acusação fiscal de falta de recolhimento do ICMS, todavia, no caso em questão não foi dada a devida ciência à empresa autuada para que ela pudesse se defender da acusação fiscal que lhe foi imputada.

Isto porque, a ciência do auto de infração foi enviada para o endereço errado, motivo pelo qual a empresa não recebeu o auto de infração e, conseqüentemente, não pode se defender, situação esta que configura flagrante cerceamento ao direito de defesa do contribuinte.

Nesse contexto, entendo que assiste razão a Recorrente, motivo pelo qual voto para que seja acatado o entendimento contido no parecer da Assessoria Tributária adotado pela douta Procuradoria Geral do Estado, o qual utilizo como fundamento desta decisão.


DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente: **IPR IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA** e recorrida: **Célula de Julgamento de 1ª Instância**. **Decisão:** A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso ordinário interposto, resolve por unanimidade de votos, declarar a **NULIDADE DO JULGAMENTO SINGULAR**, tendo em vista a invalidade da intimação realizada, determinando, por consequência, a **REABERTURA DE PRAZO** para possibilitar ao contribuinte o recolhimento do crédito tributário, com os descontos previstos na legislação, ou apresentação de defesa, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conformidade com o parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES, em Fortaleza, aos 29 de 03 de 2016.


Francisca Marta de Sousa
Presidente


Mateus Viana Neto
Procurador do Estado


Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro


Anneline Magalhães Torres
Conselheira


Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira


Francisco Wanildo Almeida de França
Conselheiro


Jose Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro


Pedro Eleuterio de Albuquerque
Conselheiro Relator